SUMÁRIO

LÍNG	GUA PORTUGUESA	31
1.	FONOLOGIA	32
	1.1 Partição silábica	32
2.	ACENTUAÇÃO GRÁFICA	
	2.1 Padrões de tonicidade	
	2.2 Encontros vocálicos	
	2.3 Regras gerais	33
3.	ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA	34
	3.1 Trema	
	3.2 Regras de acentuação	
	3.3 Hífen com compostos	34
	3.4 Uso do hífen com palavras formadas por prefixos	35
4.	ORTOGRAFIA	38
	4.1 Alfabeto	38
	4.2 Emprego da letra H	38
	4.3 Emprego de E e I	38
	4.4 Emprego de O e U	38
	4.5 Emprego de G e J	39
	4.6 Orientações sobre a grafia do fonema /s/	39
	4.7 Emprego da letra Z	
	4.8 Emprego do X e do CH	
	4.9 Escreveremos com X	
	4.10 Escreveremos com CH	
5.	NÍVEIS DE ANÁLISE DA LÍNGUA	41
6.	ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	42
	6.1 Estrutura das palavras	42
	6.2 Radicais gregos e latinos	42
	6.3 Origem das palavras de Língua Portuguesa	42
	6.4 Processos de formação de palavras	43
	6.5 Acrônimo ou sigla	43
	6.6 Onomatopeia ou reduplicação	43
7.	MORFOLOGIA	44
	7.1 Substantivos	44
	7.2 Artigo	44
	7.3 Pronome	45
	7.4 Verbo	49
	7.5 Adjetivo	54

	7.6 Advérbio	. 56
	7.7 Conjunção	.56
	7.8 Interjeição	.57
	7.9 Numeral	.57
	7.10 Preposição	.59
8.	SINTAXE BÁSICA	.60
	8.1 Período simples (oração)	.60
	8.2 Termos integrantes da oração	
	8.3 Termos acessórios da oração	61
	8.4 Período composto	61
9.	FUNÇÕES DO "SE"	.64
	9.1 Partícula apassivadora	
	9.2 Pronome reflexivo	
	9.3 Pronome recíproco	.64
	9.4 Partícula expletiva (de realce)	
	9.5 Pronome indeterminador do sujeito	.64
	9.6 Parte do verbo pronominal	.64
	9.7 Conjunção	.64
10	SUNOTED DO SOUE	G E
Τſ). FUNÇÕES DO "QUE"	.65
ΤĆ	10.1 Substantivo	
10	-	65
10	10.1 Substantivo	.65 .65
T	10.1 Substantivo	.65 .65 .65
10	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição	.65 .65 .65
10	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição 10.4 Preposição	.65 .65 .65 .65
10	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição 10.4 Preposição 10.5 Advérbio 10.6 Conjunção 10.7 Conjunção subordinativa	.65 .65 .65 .65
10	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição 10.4 Preposição 10.5 Advérbio 10.6 Conjunção	.65 .65 .65 .65
	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição 10.4 Preposição 10.5 Advérbio 10.6 Conjunção 10.7 Conjunção subordinativa	.65 .65 .65 .65 .65
	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição 10.4 Preposição 10.5 Advérbio 10.6 Conjunção 10.7 Conjunção subordinativa 10.8 Partícula expletiva (de realce)	.65 .65 .65 .65 .65 .65
	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição 10.4 Preposição 10.5 Advérbio 10.6 Conjunção 10.7 Conjunção subordinativa 10.8 Partícula expletiva (de realce) CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	.65 .65 .65 .65 .65 .65
11	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição 10.4 Preposição 10.5 Advérbio 10.6 Conjunção 10.7 Conjunção subordinativa 10.8 Partícula expletiva (de realce) L. CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL 11.1 Concordância verbal	.65 .65 .65 .65 .65 .65 .65
11	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição 10.4 Preposição 10.5 Advérbio 10.6 Conjunção 10.7 Conjunção subordinativa 10.8 Partícula expletiva (de realce) L. CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL 11.1 Concordância verbal 11.2 Concordância nominal	.65 .65 .65 .65 .65 .65 .65
11	10.1 Substantivo 10.2 Pronome. 10.3 Interjeição 10.4 Preposição. 10.5 Advérbio. 10.6 Conjunção. 10.7 Conjunção subordinativa. 10.8 Partícula expletiva (de realce). L. CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL 11.1 Concordância verbal. 11.2 Concordância nominal. 2. REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL	.65 .65 .65 .65 .65 .65 .65 .66 .66 .67
11	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição 10.4 Preposição 10.5 Advérbio 10.6 Conjunção 10.7 Conjunção subordinativa 10.8 Partícula expletiva (de realce) L. CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL 11.1 Concordância verbal 11.2 Concordância nominal 2. REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL 12.1 Regência verbal	.65 .65 .65 .65 .65 .65 .65 .66 .67
11	10.1 Substantivo 10.2 Pronome 10.3 Interjeição 10.4 Preposição 10.5 Advérbio 10.6 Conjunção 10.7 Conjunção subordinativa 10.8 Partícula expletiva (de realce) L. CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL 11.1 Concordância verbal 11.2 Concordância nominal 2. REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL 12.1 Regência verbal 12.2 Regência nominal	.65 .65 .65 .65 .65 .66 .66 .67 .68

14. COLOCAÇÃO PRONOMINAL	71
14.1 Regras de próclise	71
14.2 Regras de mesóclise	71
14.3 Regras de ênclise	71
14.4 Casos facultativos	71
15. CRASE	72
15.1 Crase proibitiva	72
15.2 Crase obrigatória	72
15.3 Crase facultativa	72
16. PONTUAÇÃO	73
16.1 Principais sinais e usos	73
17. PARÁFRASE	75
17.1 Passos da paráfrase	75
18. REESCRITURA DE FRASES	76
18.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto	76
18.2 Conectores de mesmo valor semântico	
18.3 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade	76
19. FIGURAS DE LINGUAGEM	79
19.1 Vícios de linguagem	80
19.2 Funções da linguagem	
20. TIPOLOGIA TEXTUAL	82
20.1 Texto narrativo	82
20.2 Texto dissertativo	82
20.3 Texto descritivo	83
20.4 Conotação × denotação	84
21. GÊNEROS TEXTUAIS	85
21.1 Gêneros textuais e esferas de circulação	85
21.2 Exemplos de gêneros textuais	85
22. COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	88
22.1 Ideias preliminares sobre o assunto	88
22.2 Semântica ou pragmática?	88
22.3 Questão de interpretação	88
22.4 Dicas para interpretação	88
22.5 Dicas para organização	89
23. TIPOS DE DISCURSO	91
23.1 Discurso direto	91
23.2 Discurso indireto	91
23.3 Discurso indireto livre	91

RED	AÇÃO	92
1.	REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS	93
	1.1 Por que tenho que me preparar com antecedência para a reda	ação?93
	1.2 Os primeiros passos	93
	1.3 Orientações para o texto definitivo	94
	1.4 Temas e textos motivadores	
	1.5 Título	
	1.6 O texto dissertativo	
	1.7 Estrutura do texto dissertativo	
2.	DISSERTAÇÃO EXPOSITIVA E ARGUMENTATIVA	
	2.1 Dissertação expositiva	
	2.2 Estrutura do texto dissertativo-expositivo	
	2.3 Propostas de dissertação expositiva	
	2.4 Dissertação argumentativa	
	2.5 Estrutura do texto dissertativo-argumentativo	
	2.6 Propostas de dissertação argumentativa 2.7 Elementos de coesão	
	2.8 Critérios de avaliação das bancas	
	-	
	IOCÍNIO LÓGICO	
1.	PROPOSIÇÕES	106
	1.1 Definições	
	1.2 Tabela verdade e valores lógicos das proposições compostas.	
	1.3 Tautologias, contradições e contingências	
	1.4 Equivalências lógicas	
	1.5 Relação entre todo, algum e nenhum	
2.	ARGUMENTOS	
	2.1 Definições	
	2.2 Métodos para classificar os argumentos	
3.	PSICOTÉCNICOS	113
4.	CONJUNTOS	115
	4.1 Definição	115
	n i bom i gao	
	4.2 Subconjuntos	

N	OÇ	ÕES DE INFORMÁTICA	117
	1.	HARDWARE	118
		1.1 Classificação dos dispositivos quanto à finalidade	118
		1.2 Classificação dos dispositivos quanto ao tipo de tecnologia	
		1.3 Arquitetura	118
		1.4 Processador	118
		1.5 Unidades de medida	119
	2.	MANUSEIO DE EQUIPAMENTOS DE PROJEÇÃO	120
		2.1 Principais características dos projetores de vídeo	120
		2.2 Periféricos	120
	3.	LINUX	122
		3.1 Dual boot	122
		3.2 Distribuições	122
		3.3 Estrutura de diretórios	122
		3.4 Gerenciadores de arquivos	122
		3.5 Terminal Linux	122
		3.6 Comandos Linux	122
	4.	WINDOWS 10	123
		4.1 Requisitos mínimos	
		4.2 Diferenças em relação à versão anterior	
		4.3 Estrutura de diretórios	
		4.4 Ferramentas administrativas	128
		4.5 Configurações	130
		4.6 Sistema	
		4.7 Dispositivos	
		4.8 Rede e internet	
		4.9 Personalização	
		4.10 Facilidade de acesso	
		4.11 Atualização e segurança	
		4.12 Backup no Windows 10	
	_	4.13 Explorador de arquivos	
	5.	REDES DE COMPUTADORES	
		5.1 Paradigma de comunicação	
		5.2 Dispositivos de rede	
		5.3 Topologia de rede	
		5.4 Firewall	
		5.5 Tipos de redes	
		5.6 Padrões de infraestrutura	
		5.7 Guiteiu eletruriicu	I35

	5.8 URL (Uniform Resource Locator)	136
	5.9 Navegadores	137
	5.10 Conceitos relacionados à internet	137
6.	MICROSOFT WORD 365	138
	6.1 Extensões	138
	6.2 Selecionando texto	140
	6.3 Guia página inicial	140
	6.4 Inserir	
	6.5 Guia Design	145
	6.6 Guia Layout	145
	6.7 Guia Referências	146
	6.8 Guia Correspondências	146
	6.9 Revisão	147
	6.10 Exibir	
	6.11 Barra de Status	147
	6.12 Visualização do Documento	
	6.13 Atalhos	148
7.	MICROSOFT EXCEL 365	149
	7.1 Características do Excel	149
	7.2 Interface	149
	7.3 Seleção de células	150
	7.4 Página Inicial	
	7.5 Formatação condicional	
	7.6 Validação de dados – Guia dados	
	7.7 Funções	
	7.8 Aninhar uma função dentro de outra função	
	7.9 Recursos automatizados do Excel	
	7.10 Endereço absoluto e endereço relativo	
	7.11 Erros do Excel	
8.	MICROSOFT POWERPOINT 365	163
	8.1 Arquivo	163
	8.2 Imprimir	163
	8.3 Página Inicial	
	8.4 Inserir	
	8.5 Transições	
	8.6 Animações	
	8.7 Apresentação de slides	166
	8 8 Guia Evihir	166

9. CLOUD COMPUTING	168
9.1 Características	168
10. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	169
10.1 Princípios básicos da segurança da informação	
10.2 Criptografia	
10.3 Ataques	170
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	171
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	
1.1 Ramos do Direito	
1.2 Conceito de Direito Administrativo	
1.3 Objeto do Direito Administrativo	
1.4 Fontes do Direito Administrativo	
1.5 Sistemas Administrativos	173
1.6 Regime jurídico administrativo	173
1.7 Noções de Estado	173
1.8 Noções de governo	174
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	174
2.1 Classificação de Administração Pública	174
2.2 Organização da Administração	175
2.3 Administração Direta	175
2.4 Administração Indireta	175
3. ÓRGÃO PÚBLICO	180
3.1 Teorias	180
3.2 Características	180
3.3 Classificação	180
3.4 Estrutura	180
3.5 Atuação funcional/composição	181
3.6 Paraestatais	
3.7 Organizações da Sociedade Civil (OSC)	
3.8 Organizações Não Governamentais (ONGs)	
4. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	183
4.1 Classificação	
4.2 Princípios explícitos da Administração Pública	
4.3 Princípios implícitos da Administração Pública	184
5. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	
5.1 Abrangência da lei	187
5.2 Princípios	
5.3 Direitos e deveres dos administrados	187

	5.4 Início do processo e legitimação ativa	T88
	5.5 Interessados e competência	188
	5.6 Impedimento e suspeição	188
	5.7 Forma, tempo e lugar dos atos do processo	188
	5.8 Recurso administrativo e revisão	189
	5.9 Prazos da Lei nº 9.784/1999	189
6.	ATO ADMINISTRATIVO	191
	6.1 Conceito de ato administrativo	191
	6.2 Elementos de validade do ato administrativo	191
	6.3 Atributos do ato administrativo	191
	6.4 Classificação dos atos administrativos	192
	6.5 Extinção dos atos administrativos	194
7.	LEI № 14.133/2021 - NOVA LEI DE LICITAÇÕES	195
	7.1 Aplicabilidade	195
	7.2 Princípios	195
	7.3 Objetivos da licitação	195
	7.4 Fases da licitação	195
	7.5 Modalidades de licitação	195
	7.6 Critérios de julgamento	196
	7.7 Inexigibilidade e dispensa de licitação – contratação direta	196
8.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	199
	8.1 Conceito	199
	8.2 Normas constitucionais	199
		100
	8.3 Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021	199
	8.3 Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021	
		199
	8.4 Outras leis sobre contratos	199 200 200
	8.4 Outras leis sobre contratos	199 200 200 201
	8.4 Outras leis sobre contratos	199 200 200 201 201
	8.4 Outras leis sobre contratos 8.5 Características 8.6 Obrigatoriedade e exceção dos contratos 8.7 Contratos de adesão 8.8 Pessoalidade/intuitu personae 8.9 Cláusulas exorbitantes	199 200 200 201 201 201
	8.4 Outras leis sobre contratos	199 200 200 201 201 201 201
	8.4 Outras leis sobre contratos	199 200 200 201 201 201 201 202
	8.4 Outras leis sobre contratos 8.5 Características 8.6 Obrigatoriedade e exceção dos contratos 8.7 Contratos de adesão 8.8 Pessoalidade/intuitu personae 8.9 Cláusulas exorbitantes 8.10 Poder de alteração unilateral do contrato (mutabilidade) 8.11 Fiscalização da execução do contrato 8.12 Deveres do contratado quanto à fiscalização	199 200 201 201 201 201 202 202
	8.4 Outras leis sobre contratos 8.5 Características 8.6 Obrigatoriedade e exceção dos contratos 8.7 Contratos de adesão 8.8 Pessoalidade/intuitu personae 8.9 Cláusulas exorbitantes 8.10 Poder de alteração unilateral do contrato (mutabilidade) 8.11 Fiscalização da execução do contrato 8.12 Deveres do contratado quanto à fiscalização 8.13 Aplicação de sanções	199 200 201 201 201 201 202 202 202
	8.4 Outras leis sobre contratos 8.5 Características 8.6 Obrigatoriedade e exceção dos contratos 8.7 Contratos de adesão 8.8 Pessoalidade/intuitu personae 8.9 Cláusulas exorbitantes 8.10 Poder de alteração unilateral do contrato (mutabilidade) 8.11 Fiscalização da execução do contrato 8.12 Deveres do contratado quanto à fiscalização 8.13 Aplicação de sanções 8.14 Ocupação temporária	199 200 201 201 201 201 202 202 202
	8.4 Outras leis sobre contratos	199 200 201 201 201 201 202 202 202 203
	8.4 Outras leis sobre contratos 8.5 Características 8.6 Obrigatoriedade e exceção dos contratos 8.7 Contratos de adesão 8.8 Pessoalidade/intuitu personae 8.9 Cláusulas exorbitantes 8.10 Poder de alteração unilateral do contrato (mutabilidade) 8.11 Fiscalização da execução do contrato 8.12 Deveres do contratado quanto à fiscalização 8.13 Aplicação de sanções 8.14 Ocupação temporária	199 200 201 201 201 201 202 202 202 203
	8.4 Outras leis sobre contratos	199 200 201 201 201 201 202 202 202 203 203

	8.19 Dispensa do recepimento provisorio	. 204
	8.20 Extinção do contrato	. 204
	8.21 Tipos de contrato	. 207
	8.22 Contratação temporária	. 207
	8.23 Extinção do contrato (sem direito a indenizações)	. 210
9.	DEVERES E PODERES ADMINISTRATIVOS	.211
	9.1 Deveres	. 211
	9.2 Poderes administrativos	. 211
10	D. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	.215
	10.1 Classificação	. 215
	10.2 Controle administrativo	. 216
	10.3 Controle legislativo	. 216
	10.4 Controle judiciário	. 218
11	L. SERVIÇOS PÚBLICOS	.219
	11.1 Base constitucional	. 219
	11.2 Elementos definidores de uma atividade como serviço público	. 219
	11.3 Classificação dos serviços públicos	. 219
	11.4 Princípios dos serviços públicos	. 220
	11.5 Formas de prestação dos serviços públicos	. 220
	11.6 Concessão e permissão de serviço público	
	11.7 Competência para a edição de normas	. 221
12	2. AGENTES PÚBLICOS	.227
	12.1 Conceito	. 227
	12.2 Classificação	. 227
13	3. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	.228
	13.1 Sujeitos	. 228
	13.2 Regras gerais	. 228
	13.3 Atos de improbidade administrativa	. 228
	13.4 Efeitos da lei	. 229
	13.5 Sanções	. 229
	13.6 Prescrição	. 230
14	4. LC № 04/1990 - ESTATUTO DOS SERVIDORES DO MATO GROSSO	.231
	14.1 Provimento	. 231
	14.2 VACÂNCIA	. 233
	14.3 Direitos e Vantagens	. 234
	14.4 Regime Disciplinar	
15	5. LEI № 12.527/2011 - LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO	.242
	15.1 Introdução	. 242
	15.2 Disposições gerais	. 242

	15.3 Acesso a informações e da sua divulgação	244
	15.4 Procedimento de acesso à informação	. 245
	15.5 Restrições de acesso à informação	. 247
	15.6 Informações pessoais	. 250
	15.7 Responsabilidades	. 250
	15.8 Disposições finais e transitórias	. 251
10	6. LEI № 12.846/2013 - LEI ANTICORRUPÇÃO	253
	16.1 Sujeitos ativos	253
	16.2 Responsabilização dos dirigentes	. 253
	16.3 Responsabilização em fusão, cisão, incorporação	. 253
	16.4 Responsabilidade em empresas consorciadas	. 253
	16.5 Atos lesivos à administração pública nacional/estrangeira	. 253
	16.6 Definição de administração pública estrangeira	253
	16.7 Responsabilização administrativa	. 254
	16.8 Processo administrativo de responsabilização	. 254
	16.9 Comissão do processo administrativo	
	16.10 Responsabilização judicial	
	16.11 Acordo de leniência	
	16.12 Disposições finais	255
NOC	ÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	.257
	OES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	
	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL	258
1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais	258 258
1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais. TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO	258 258 259
1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO	258 258 259 259
1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais	258 258 259 259
1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição 2.2 Classificação das constituições 2.3 Poder constituinte	258 259259259260
1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais. TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição . 2.2 Classificação das constituições	258 259 259 259 259
1. 2.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição 2.2 Classificação das constituições 2.3 Poder constituinte 2.4 Classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia 2.5 Emendas constitucionais	258 259 259 259 260 261
1. 2.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição 2.2 Classificação das constituições 2.3 Poder constituinte 2.4 Classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia 2.5 Emendas constitucionais. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.	258 259 259 259 260 260
1. 2.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição 2.2 Classificação das constituições 2.3 Poder constituinte 2.4 Classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia 2.5 Emendas constitucionais. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. 3.1 Princípio da tripartição dos poderes	258 259 259 260 260 261 262
1. 2.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição . 2.2 Classificação das constituições 2.3 Poder constituinte 2.4 Classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia 2.5 Emendas constitucionais PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 3.1 Princípio da tripartição dos poderes 3.2 Princípio federativo	258 259 259 259 260 260 261 262
1. 2.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição 2.2 Classificação das constituições 2.3 Poder constituinte 2.4 Classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia 2.5 Emendas constitucionais PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 3.1 Princípio da tripartição dos poderes 3.2 Princípio federativo 3.3 Princípio republicano	258 259 259 260 260 261 262 262
1. 2.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição de 2.2 Classificação das constituições 2.3 Poder constituinte 2.4 Classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia 2.5 Emendas constitucionais PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 3.1 Princípio da tripartição dos poderes 3.2 Princípio federativo 3.3 Princípio republicano 3.4 Presidencialismo	258259259260261262262263
1. 2.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição . 2.2 Classificação das constituições 2.3 Poder constituinte 2.4 Classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia 2.5 Emendas constitucionais PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 3.1 Princípio da tripartição dos poderes 3.2 Princípio federativo 3.3 Princípio republicano 3.4 Presidencialismo 3.5 Regime democrático	258259259260261262263263
1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais	258259259260261262263263263
1. 2.	INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL 1.1 Noções gerais TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 2.1 Conceito de constituição e princípio da supremacia da constituição . 2.2 Classificação das constituições 2.3 Poder constituinte 2.4 Classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia 2.5 Emendas constitucionais PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 3.1 Princípio da tripartição dos poderes 3.2 Princípio federativo 3.3 Princípio republicano 3.4 Presidencialismo 3.5 Regime democrático	258 259 259 260 260 261 262 263 263 263

	INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E CONTROLE D INSTITUCIONALIDADE	
	4.1 Interpretação das normas constitucionais	266
	4.2 Controle de constitucionalidade	
	4.3 Controle de constitucionalidade no Brasil	
5.	DIREITOS FUNDAMENTAIS - REGRAS GERAIS	270
	5.1 Conceito	270
	5.2 Classificação	270
	5.3 Características	270
	5.4 Dimensões dos direitos fundamentais	270
	5.5 Titulares dos direitos fundamentais	
	5.6 Cláusulas pétreas fundamentais	271
	5.7 Eficácia dos direitos fundamentais	
	5.8 Força normativa dos tratados internacionais	
	5.9 Tribunal Penal Internacional (TPI)	
	5.10 Direitos e garantias	
6.	DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	
	6.1 Direito à vida	
	6.2 Direito à igualdade	
	6.3 Direito à liberdade	
	6.4 Direito à propriedade	
	6.5 Direito à segurança	
	6.6 Remédios constitucionais	
7.	DIREITOS SOCIAIS E NACIONALIDADE	
	7.1 Direitos sociais	
	7.2 Direitos de nacionalidade	287
8.	DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS	290
	8.1 Direitos políticos	290
	8.2 Partidos políticos	292
9.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	293
	9.1 Princípio federativo: entes federativos	293
	9.2 Intervenção	
10). ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	303
	10.1 Conceito	
	10.2 Princípios expressos da Administração Pública	303
	10.3 Princípios implícitos da Administração Pública	304
	10.4 Regras aplicáveis aos servidores públicos	305
	10.5 Direitos sociais dos servidores públicos	307

10.6 Regras para servidores em exercicio de mandato eletivo	309
10.7 Regras de remuneração dos servidores públicos	309
10.8 Regras de aposentadoria	310
10.9 Militares dos estados, Distrito Federal e territórios	311
11. PODER LEGISLATIVO	313
11.1 Funções típicas do Legislativo	313
11.2 Processo legislativo	315
11.3 Função fiscalizadora	319
12. PODER EXECUTIVO	321
12.1 Princípios constitucionais	321
12.2 Presidencialismo	321
13. PODER JUDICIÁRIO	326
13.1 Disposições gerais	326
13.2 Composição dos órgãos do Poder Judiciário	327
13.3 Análise das competências dos órgãos do Poder Judiciário	332
14. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	336
14.1 Ministério Público	336
14.2 Advocacia Pública	340
14.3 Advocacia	342
15. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	344
15.1 Sistema constitucional de crises	344
15.2 Forças Armadas	346
15.3 Órgãos de segurança pública	347
16. ORDEM SOCIAL	350
16.1 Seguridade social	350
16.2 Saúde	
16.3 Previdência social	
16.4 Educação, cultura e desporto	
16.5 Ciência e tecnologia	
16.6 Meio ambiente	
16.7 Família, criança, adolescente, jovem e idoso	355
NOÇÕES DE DIREITO PENAL	357
1. DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL	358
1.1 Conceitos importantes	358
1.2 Características da lei penal	358

	1.3 Classificação da lei penal	358
	1.4 Princípios do Direito Penal	358
	1.5 Classificação e estrutura da lei penal	362
	1.6 Fontes do Direito Penal	363
	1.7 Analogia	363
	1.8 Interpretação de lei penal	364
	1.9 Lei penal no tempo	364
	1.10 Súmula nº 711 - STF	366
	1.11 Lei penal no espaço	366
	1.12 Extraterritorialidade da lei penal brasileira	367
	1.13 Pena cumprida no estrangeiro	368
	1.14 Eficácia de sentença estrangeira	
	1.15 Contagem de prazo	369
	1.16 Frações não computáveis da pena	369
	1.17 Conflito aparente de normas	369
2.	TEORIA DO CRIME	.371
	2.1 Classificação de crimes e contravenções	371
	2.2 Infração penal	371
	2.3 Sujeitos	372
	2.4 Critério de crime	372
	2.5 Fato típico	373
	2.6 Etapas da realização do delito – iter criminis	376
	2.7 Situações que impedem a responsabilização do agente pelo resultado	376
	2.8 Teoria do erro	
	2.9 Descriminantes putativas	
	2.10 Ilicitude	
3	CULPABILIDADE	
٠.	3.1 Elementos da culpabilidade	
1	CONCURSO DE PESSOAS	
٦.	4.1 Concurso de pessoas em crimes culposos	
	4.2 Crime omissivo	
	4.3 Punibilidade no concurso de pessoas	
	4.4 Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares	
	4.5 Participação impunível	
_		
ວ.	PENAS	
	5.1 Finalidade da pena	386

	5.2 Justiça restaurativa, reparatória e negociada	387
	5.3 Características da pena	388
	5.4 Princípios da pena	389
	5.5 Espécies de pena	389
	5.6 Aplicação da pena	393
	5.7 Concurso de crimes	395
	5.8 Suspensão condicional da pena	397
	5.9 Livramento condicional	398
	5.10 Efeitos da condenação	399
	5.11 Reabilitação criminal	400
6.	MEDIDAS DE SEGURANÇA	.401
	6.1 Espécies de medida de segurança	
	6.2 Pressupostos	
	6.3 Prazo	
	6.4 Desinternação e reinternação	402
	6.5 Razoabilidade e proporcionalidade na imposição da medida	
	6.6 Execução provisória	
	6.7 Prescrição da medida de segurança	402
7.	AÇÃO PENAL	.403
	7.1 Características da ação penal/direito de ação	
	7.2 Condições da ação	
	7.3 Classificações da ação penal	
8.	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	
	8.1 Causas extintivas da punibilidade	
	8.2 Prescrição	
a	CRIMES CONTRA A PESSOA	
٥.	9.1 Crimes contra vida	_
	9.2 Lesões corporais	
	9.3 Rixa	
	9.4 Crimes contra a honra	
	9.5 Crimes contra a liberdade individual	
10). CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	
10	10.1 Furto	
	10.2 Furto de coisa comum	
	10.3 Roubo e extorsão	
	10.4 Dano	
	10.5 Apropriação indébita	
	10.0 API OPI IQQU II IUGDILA	444

	10.6 Estelionato e outras fraudes	443
	10.7 Receptação	446
11	. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	448
	11.1 Crimes contra a liberdade sexual	448
	11.2 Exposição da intimidade sexual	450
	11.3 Crimes sexuais contra vulnerável	
	11.4 Lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual	453
	11.5 Ultraje público ao pudor	455
	11.6 Disposições gerais	
12	. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	457
	12.1 Crimes contra o casamento	457
	12.2 Crimes contra o estado de filiação	458
	12.3 Crimes contra a assistência familiar	459
	12.4 Crimes contra o pátrio poder, tutela curatela	460
13	. CRIMES CONTRA INCOLUMIDADE PÚBLICA	461
	13.1 Crimes de perigo comum	461
	13.2 Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte	
	e outros serviços públicos	
	13.3 Crimes contra saúde pública	
14	. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	
	14.1 Moeda falsa	
	14.2 Falsidade documental	
	14.3 Fraudes em certames de interesse público	
15	. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	15.1 Crimes funcionais	
	15.2 Conceito de funcionário público	482
	15.3 Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral	
	15.4 Crimes praticados por particular contra a administração em geral \dots	489
	15.5 Crimes em licitações e contratos administrativos	
	15.6 Crimes contra a administração da justiça	
	15.7 Crimes contra as finanças públicas	
16	. DECRETO-LEI № 3.688/1941 - LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	503
	16.1 Considerações iniciais	
	16.2 Competência	503
	16.3 Parte Geral	
	16.4 Parte especial	504

16.5 Disposições finais	510
17. LEI № 7.960/1989 - PRISÃO TEMPORÁRIA	511
17.1 Aspectos iniciais	511
17.2 Requisitos (art. 1º)	511
17.3 Prazo e legitimidade (arts. 2º e 3º)	512
17.4 Aplicação do CPP	513
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	514
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL PENAL	515
1.1 Lei Processual Penal no espaço	
1.2 Lei Processual Penal no tempo	515
1.3 Interpretação da Lei Processual Penal	515
2. INQUÉRITO POLICIAL	516
2.1 Conceito de inquérito policial	
2.2 Natureza jurídica	
2.3 Características do inquérito policial	
2.4 Valor probatório do inquérito policial	517
2.5 Vícios	517
2.6 Procedimento investigatório face aos servidores vinculados	
órgãos da segurança da pública (art. 144, CF/1988)	
2.7 Incomunicabilidade	
2.8 Notícia crime	
3. AÇÃO PENAL	
3.1 Condições da ação penal	
3.2 Espécies de ação penal	
3.4 Princípios que regem a ação penal incondicionada	
3.5 Ação penal pública condicionada	
3.6 Ação penal privada exclusiva	
3.7 Ação penal privada subsidiária da pública	
3.8 Ação penal personalíssima	
3.9 Denúncia e queixa	
3.10 Acordo de não persecução penal	
3.11 Da ação penal	
4. JURISDIÇÃO	525
4.1 Características da jurisdição	
1 2 Princínios da jurisdicão	525

	4.3 Inevitabilidade da jurisdição	525
	4.4 Inafastabilidade da jurisdição	525
5.	COMPETÊNCIA	.526
	5.1 Competência em razão da matéria	526
	5.2 Competência em razão da pessoa	526
	5.3 Competência territorial	526
	5.4 Conexão e continência	
	5.5 Competência criminal do STF	
	5.6 Competência criminal do STJ	
	5.7 Competência criminal da Justiça Federal	529
6.	SUJEITOS PROCESSUAIS	.530
	6.1 Juiz	530
	6.2 Ministério Público	530
	6.3 Acusado e seu defensor	530
	6.4 Assistentes	531
	6.5 Funcionários da Justiça	
	6.6 Peritos e intérpretes	
7.	PRISÕES	.532
	7.1 Conceito	
	7.2 Espécies de prisão cautelar	532
8.	LEI № 9.099/1995 - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	.535
	8.1 Juizados Especiais Criminais (JECRIM)	535
9.	LEI № 12.830/2013 - INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO	
DE	ELEGADO	.538
I FGI	SLAÇÃO PENAL ESPECIAL	539
	LEI № 7.716/1989 - CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA J DE COR	
	LEI № 8.069/1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
۷.	•	
	2.1 Direito da criança e do adolescente2.2 Fases do direito da criança e do adolescente	
	2.3 Conceito de criança e de adolescente	
0	DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ECA	
3.		_
	3.1 Direito à vida e à saúde	
	3.2 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade	
	3.3 Direito à convivência familiar	
	ס.4 טוופונט a euucaçao, a cuitura, ao esporte e ao iazer	545

	3.5 Direito à profissionalização e à proteção no trabalho	545
4	. DA PREVENÇÃO NO ECA	546
	4.1 Prevenção especial referente à informação, à cultura, ao lazer, aos esportes, às diversões e aos espetáculos	s 546
	4.2 Prevenção à venda de produtos e serviços	. 547
	4.3 Autorização para viajar	547
5	. POLÍTICA DE ATENDIMENTO E ENTIDADES DE ATENDIMENTO NO ECA	548
	5.1 Entidades de atendimento	. 548
	5.2 Fiscalização das entidades	. 549
6	. MEDIDAS DE PROTEÇÃO NO ECA	550
	6.1 Conceito e princípio	. 550
	6.2 Medidas pertinentes aos pais e responsáveis	
	6.3 Ato Infracional	550
	6.4 Garantias processuais	. 550
	6.5 Medidas socioeducativas	. 551
	6.6 Remissão	. 551
7	CONSELHO TUTELAR	552
8	. JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	553
	8.1 Competência da justiça da infância e da juventude	
	8.2 Procedimentos	
9	RECURSOS NO ECA	555
1	.O. MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E TUTELA DE DIREITOS NO ECA	556
	10.1 Ministério público	. 556
	10.2 Advocacia	556
	10.3 Tutela de direitos individuais, difusos e coletivos	. 556
	10.4 Legitimidade	557
	10.5 Competência	. 557
1	1. CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS NO ECA	558
	11.1 Crimes em espécie	. 558
	11.2 Infrações administrativas	. 560
1	2. SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO ECA	562
	12.1 Programas de atendimento	. 562
	12.2 Programas de meio aberto	
	12.3 Programas em meio fechado	. 562
	12.4 Execução das medidas socioeducativas	
	12.5 Plano individual de atendimento	563

	12.7	Extinção de medida socioeducativa	563
		Regimes disciplinares	
13		Nº 8.072/1990 - LEI DE CRIMES HEDIONDOS	
		Crimes equiparados a hediondos	
		Privilégios não aplicados aos crimes hediondos	
		Regime inicial	
		Alterações no Código Penal	
1⊿		№ 8.078/1990 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
		Sobre o código de defesa do consumidor	
15		RAÇÕES PENAIS NO ECA	
		№ 8.137/1990 - CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	
		Dos crimes praticados por particulares	
		Extinção da punibilidade e suspensão da prescrição	
		Dos crimes praticados por funcionários públicos	
		Dos crimes contra a economia e as relações de consumo	
17		№ 12.850/2013 – LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	
	17.1	Breve histórico da organização criminosa	573
	17.2	Convenção de Palermo	573
	17.3	Conceito de organização criminosa	573
		Meios de obtenção de prova	
		Ação controlada	
		Infiltração de agentes	
		Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações	
		Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova	
ΤS		MES DE TRÂNSITO	
		Crimes em espécie	
19		№ 9.455/1997 – LEI DE TORTURA	
		Lesão corporal de natureza grave	
~~		Lesão corporal de natureza gravíssima	
2 U		Nº 9.605/1998 - CRIMES CONTRA O AMBIENTE	.၁୪५
		Apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa e crime	589
		Crimes contra o meio ambiente	
	20.3	Crimes contra a flora	592

	20.4 Poluição e outros crimes ambientais	595
	20.5 Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	596
	20.6 Crimes contra a administração ambiental	597
21	L. LEI № 10.741/2003 - ESTATUTO DA PESSOA IDOSA	.599
	21.1 Direitos fundamentais	
	21.2 Medidas de proteção	601
	21.3 Política de atendimento à pessoa idosa	602
	21.4 Apuração administrativa de infração às normas de proteção à pessoa idosa	
	21.5 Acesso à justiça	603
	21.6 Crimes	605
22	2. LEI № 11.340/2006 - LEI MARIA DA PENHA	.606
	22.1 Origem da Lei Maria da Penha	606
	22.2 Objetivos	606
	22.3 Direitos das mulheres	
	22.4 Sujeitos da violência doméstica e familiar contra a mulher	606
	22.5 Alcance da Lei	
	22.6 Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher	
	22.7 Requisitos para aplicar a Lei Maria da Penha	
	22.8 Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	608
	22.9 Aspectos processuais relevantes	
	22.10 Medidas protetivas de urgência	
	22.11 Da equipe de atendimento multidisciplinar	
	22.12 Disposições transitórias	
	22.13 Disposições finais	
	22.14 Alterações legislativas	
23	3. LEI № 11.343/2006 - LEI DE DROGAS (SISNAD)	
	23.1 Sistema nacional de políticas públicas sobre drogas	
	23.2 Formulação das políticas sobre drogas	617
	23.3 Atividades de prevenção do uso indevido, Fique ligado e reinserção social de usuários e dependentes de drogas	
	23.4 Repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.	
	23.5 Cooperação internacional	
24	I. LEI № 10.826/2003 - ESTATUTO DO DESARMAMENTO	.625
	24.1 Conceitos introdutórios	
	24.2 Dos crimes e das penas	630

25	5. LEI № 13.869/2019 - ABUSO DE AUTORIDADE	638
	25.1 Aspectos gerais	638
	25.2 Sujeitos do crime e características gerais	638
	25.3 Bem jurídico e sujeito passivo	639
	25.4 Elemento subjetivo	
	25.5 Ação penal e competência	
	25.6 Efeitos da condenação e penas restritivas de direitos	
	25.7 Sanções de natureza civil e administrativa	640
	25.8 Divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas	641
	25.9 Procedimento	
	25.10 Crimes em espécie	
HIS1	TÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO	353
1.	A CAPITANIA DE MATO GROSSO NO PERÍODO COLONIAL	654
	1.1 A ocupação do Mato Grosso no período colonial	654
	1.2 As estruturas do poder colonial	654
	1.3 Aspectos econômicos e sociais	654
2.	AS FRONTEIRAS COLONIAIS	655
_	PROVÍNCIA DE MATO GROSSO E O IMPÉRIO BRASILEIRO	656
3.	THOUNGS BE WINTE CHOOSE E O WIN ENTO BRINGIEEMO	
3.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso	656
3.		
	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso	656
	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso	656 657
	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso	656 657 657
4.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso	656 657 657 658
4.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso	656 657 657 658 659
4.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso. 3.2 Escravidão e resistência. CONFLITOS NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO. 4.1 A rusga	656 657 658 659 660
4. 5.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso	656 657 658 659 660
4. 5.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso 3.2 Escravidão e resistência CONFLITOS NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO 4.1 A rusga 4.2 Guerra da tríplice aliança INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA E O ESTADO DE MATO GROSSO 5.1 Aspectos políticos 5.2 Aspectos econômicos	656 657 658 659 660 661
4. 5.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso 3.2 Escravidão e resistência CONFLITOS NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO 4.1 A rusga 4.2 Guerra da tríplice aliança INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA E O ESTADO DE MATO GROSSO 5.1 Aspectos políticos 5.2 Aspectos econômicos ESTADO DE MATO GROSSO E A ERA VARGAS	656 657 658 659 660 660
4. 5. 6.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso	656 657 658 659 660 661 661
4. 5. 6.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso 3.2 Escravidão e resistência CONFLITOS NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO 4.1 A rusga 4.2 Guerra da tríplice aliança INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA E O ESTADO DE MATO GROSSO 5.1 Aspectos políticos 5.2 Aspectos econômicos ESTADO DE MATO GROSSO E A ERA VARGAS 6.1 Aspectos políticos 6.2 Aspectos econômicos	656 657 658 659 660 661 661 662 662
4. 5. 6. 7. 8.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso. 3.2 Escravidão e resistência CONFLITOS NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO. 4.1 A rusga. 4.2 Guerra da tríplice aliança. INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA E O ESTADO DE MATO GROSSO. 5.1 Aspectos políticos. 5.2 Aspectos econômicos ESTADO DE MATO GROSSO E A ERA VARGAS. 6.1 Aspectos políticos. 6.2 Aspectos econômicos ESTADO DE MATO GROSSO E O REGIME MILITAR.	656 657 658 659 660 661 661 662 662
4. 5. 6. 7. 8.	3.1 Crise da mineração e a economia do Mato Grosso 3.2 Escravidão e resistência CONFLITOS NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO 4.1 A rusga 4.2 Guerra da tríplice aliança INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA E O ESTADO DE MATO GROSSO 5.1 Aspectos políticos 5.2 Aspectos econômicos ESTADO DE MATO GROSSO E A ERA VARGAS 6.1 Aspectos políticos 6.2 Aspectos econômicos ESTADO DE MATO GROSSO E O REGIME MILITAR DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO.	656 657 658 659 660 661 662 662 663 664

10. ATUALIDADES SOBRE O DE MATO GROSSO	666
10.1 Aspectos econômicos	666
10.2 Aspectos políticos e sociais	. 666
11. PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL MATO-GROSSENSE	668
11.1 Formação geo-histórica	668
11.2 Origem das sesmarias	670
11.3 Produção do espaço regional mato-grossense	. 671
12. ASPECTOS NATURAIS: GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E SOLOS MATO GROSSENSES	
12.1 Principais unidades do relevo mato grossense	
12.2 Características dos solos de Mato Grosso	
13. PROBLEMAS AMBIENTAIS, POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO	
AMBIENTAL	
13.1 Transformações decorrentes do processo de expansão da soja	
13.2 Unidades de conservação no Mato Grosso	
14. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	
14.1 Setores de atividades do Mato Grosso	
14.2 PIB do Mato Grosso	
15. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO	
15.1 Estrutura e dinâmica da população	
16. ESTRUTURA ETÁRIA	
16.1 Qualidade de vida e questões sociais	
17. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: REDES DE CIDADES DO MATO GROSSO	688
18. DINÂMICA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO	689
18.1 Expansão da fronteira agrícola	
18.2 Caracterização do agronegócio mato-grossense	. 691
19. QUESTÕES ATUAIS: REALIDADE POLÍTICA	692
19.1 Crescimento populacional	. 692
19.2 Cidades mais populosas do Mato Grosso	
19.3 Taxa bruta de natalidade (TBN) e taxa bruta de mortalidade (TBM) - 2010/2060	- 693
19.4 Estrutura etária	
19.5 Taxa de fecundidade no Mato Grosso	. 693
19.6 Reservas indígenas	693

	ANIZAÇÃO E ESTATUTO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL D ADO DE MATO GROSSO	
	LC № 407/2010 - ESTATUTO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DO MA	
GF	ROSSO	696
	1.1 Organização da polícia judiciária civil	696
	1.2 Estrutura organizacional	
	1.3 Competência dos órgãos	
	1.4 Regime jurídico dos servidores da polícia judiciária civil	
	1.5 Ingresso, posse, exercício e estágio probatório	
	1.6 Ascensão funcional	
	1.7 Remoção, estabilidade e substituições	
	1.8 Remuneração e vantagens	
	1.9 Garantias, prerrogativas e direitos	
	1.10 Regime e procedimento disciplinar	
	1.11 Penalidades, extinção, punibilidade, reabilitação e suspensa preventiva	
	1.12 Procedimentos disciplinaresdos procedimentos disciplinares	
	1.13 Reconsideração, recurso e revisão	
	1.14 Disposições gerais e finais	736
PRIN	NCÍPIOS DE ÉTICA E DE FILOSOFIA	737
1.	O QUE É FILOSOFIA?	738
	1.1 Construção do conhecimento	
	1.2 Múltiplos conceitos de filosofia	
2.	POSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO	
	2.1 Conhecimento	738
	2.2 Reflexões sobre o conhecimento	738
3.	AS FORMAS DE CONHECIMENTO	739
	3.1 Reflexões sobre as formas de conhecimento	739
4.	ÉTICA E MORAL	739
	4.1 Diferenciação de ética e moral	739
5.	PLURALIDADE ÉTICA	740
6.	ÉTICA E VIOLÊNCIA	741
	6.1 Violência na sociedade	741
	6.1 Violência na sociedade	

7. ÉTICA APLICADA	741
7.1 Bioética	741
7.2 Ética ambiental	742
7.3 Ética dos negócios	742
8. FILOSOFIA MODERNA – TEÓRICOS CONTRATUALISTAS	743
8.1 Pensadores contratualistas	743
QUESTÕES	745
1. QUESTÕES	